



David Santos
Presidente da CCDRALg

“Gostaria que no fim deste Quadro Comunitário o Algarve fosse a região do país com a menor taxa de desemprego”

Susana H. de Sousa

David Santos, recentemente reconduzido na presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRAlg), tece duras críticas ao sistema da função pública que defende que tem de mudar de ritmo no que toca à avaliação de candidaturas dos empresários. Em consonância com o Ministro Miguel Poiars Maduro que esteve no Algarve em Fevereiro para apresentar o Programa Operacional do Algarve (CRESC Algarve 2020), o gestor deste Programa defende que é preciso revitalizar a economia, apostando no incentivo ao sector privado.

David Santos anuncia-nos a estratégia para os próximos seis anos e frisa que neste novo quadro comunitário a cooperação transfronteiriça contempla também apoio às empresas.

O maior objetivo é diminuir o desemprego no Algarve e David Santos anuncia-nos para o efeito 94 milhões de euros com o Fundo Social Europeu.

GRANDE ENTREVISTA

Jornal do Baixo Guadiana: Chegou em 2012 à presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. Qual o balanço que faz do trabalho desenvolvido?

David Santos: Fomos reconduzidos recentemente, após três anos iniciados a 20 de Fevereiro de 2015. Nessa altura estávamos no penúltimo ano de aprovação de candidaturas com uma taxa de execução relativamente baixa quer no global, quer no Sistema de Incentivos, ou seja apoio às empresas. E, sendo o apoio às empresas fundamental para o Algarve, recordei que tínhamos nessa altura uma taxa de execução de 33%. Em Janeiro de 2015 tínhamos atingido já os 95%...

JBG: A que se deve esta evolução?

DS: Foi fruto de trabalho das empresas que concorreram ao Sistema de Incentivos, mas também se deveu às alterações que provocámos no Programa Operacional. Passámos a falar com as empresas semanalmente, a acompanhar as dificuldades, incrementou-se a interacção com os órgãos intermédios, neste caso o IAPMEI, AICEP, Associação Nacional de Inovação e Turismo de Portugal.

JBG: Encontrou um Algarve disperso...

DS: No que diz respeito à taxa de execução o Algarve no país estava em último lugar; hoje estamos em primeiro! Acredito no trabalho conjunto. O que senti mais na região foi que estávamos a trabalhar cada um *per si*. E agora estamos como defendo, unidos. Logo em Outubro de 2012 foi assinado um protocolo na região com a CCDR, a Universidade do Algarve, sete associações empresariais na região e com a AMAL de modo a preparar estratégia de desenvolvimento regional. Trata-se de uma estratégia de especialização inteligente, tendo em conta as nossas potencialidades.

JBG: Uma especialização inteligente que é demonstrada no Programa Operacional do Algarve apresentado no passado dia 18 de Fevereiro na presença do Ministro adjunto e do desenvolvimento regional.

DS: O CRESC [acrónimo de Região Competitiva, Resiliente, Empreendedora e Sustentável com base na valorização do Conhecimento] Algarve 2020 reflecte a contribuição de todos, e refiro-me a sindicatos, delegações de organismos desconcentrados do Estado, empresas, associações de desenvolvimento local e regionais. Foi feito um diagnóstico que demonstrou que o Algarve, sendo uma região de transição, tinha um envelope financeiro limitado. Esse diagnóstico permitiu demonstrar que estávamos a decrescer e fez com que houvesse uma transferência das zonas mais desenvolvidas do país para o Algarve. Foram mais 68 milhões de euros, e assim chegámos aos cerca de 330 milhões. Temos que pôr todos a pensar no Algarve porque somos uma região muito concentrada no turismo com uma sazonalidade acentuada com

nove meses muito maus. Temos de diversificar a nossa actividade económica, sendo que não foi difícil chegar às outras actividades que deveriam ser potencializadas... A nossa história já nos demonstrou quais são!

JBG: O Turismo não é substituível, mas deve ser complementado...

DV: O Turismo e o Mar são sectores consolidados na região. Mas temos os sectores emergentes. São o Agro-alimentar, Eficiência Energética – em que o nordeste do Algarve é uma das áreas da Europa e do Mundo com maior exposição solar - Indústrias Criativas e Ciências da Saúde e Lazer. Estamos a iniciar um curso

de Medicina no Algarve que é fora do contexto habitual e que está a ser um sucesso. Se apostarmos mais em aquacultura em offshore, mais na dinamização da cultura dos bivalves – e produzimos mais de 50% dos bivalves do país – se dermos continuidade à inovação do sal - produzimos 96% do sal marinho do país - conseguimos uma dinâmica extraordinária que impulsionará, certamente, a nossa economia. Temos de impulsionar mais a investigação, que tem já uma posição excelente no país e no mundo com o trabalho que tem vindo a ser feito no campo do Mar. Passamos muito pouco conhecimento para as empresas. Repare que a média regional é de 0,5% do PIB aplicado

nessa transferência e a média do país é de 1,5%. E temos que chegar a 3%... Tem de haver uma mudança no país e na região a este nível. Temos de conseguir que quem estuda consiga trabalhar para as empresas e que esse conhecimento acrescente valor não só no resultado das empresas, mas também promova a empre-

gabilidade.

JBG: A verdade é que, não raramente, assistimos ao discurso de jovens licencia-



“No que diz respeito à taxa de execução no país o Algarve estava em último lugar; hoje estamos em primeiro. Acredito no trabalho conjunto. O que senti mais na região foi que estávamos a trabalhar cada um *per si*. E agora estamos como defendo, unidos”

dos do Algarve que querem “fugir” da região, precisamente porque existe uma economia demasiado assente no Turismo que provoca uma sazonalidade e um desemprego avassaladores. Este fenómeno também pode



O Turismo e o Mar são sectores consolidados na região. Mas temos os sectores emergentes. São o Agro-alimentar, Eficiência Energética – em que o nordeste do Algarve é uma das áreas da Europa e do Mundo com maior exposição solar - Indústrias Criativas e Ciências da Saúde e Lazer”.

dificultar esse processo de transferência de conhecimento!

DS: Deixe-me dizer-lhe que a maioria das empresas que visitei tem pelo menos um empregado

licenciado no Algarve. E estão a emergir empresas cada vez mais inovadoras que conseguem romper com sazonalidade que domina a nossa economia. No dia 18 de fevereiro visitámos duas empresas que demonstram que o Algarve não é só turismo. Por um lado a Vinilconsta que começou com sinalética e informação ligada ao espaço urbano e agora faz uma obra total; cresceu bastante e está em vias de internacionalização. Por outro, a Visualforma que criou uma plataforma para gerir as reservas dos hotéis e actualmente tem já mais de três mil hotéis em todo o mundo, sendo que 80% localizam-se na América do Sul com grande componente de internacionalização, o que é um bom exemplo de transferência de conhecimento para as empresas. Com estas visi-

tas quisemos mostrar ao senhor ministro porque o Algarve tem empresas a c a m i n h a r para o futuro na transferência de conhecimento.

J B G : Ainda em relação anterior quadro comunitário, o que aponta de negativo?

DS: A crise foi o principal fator que dificultou a execução. E a crise não afetou apenas as empresas, mas também municípios e como é público levou a uma perda de 300 milhões de euros de receitas de IMT previstas nos municípios de todo o Algarve. O Programa Operacional não saiu para a rua como deveria de ser; não foi bem divulgado junto dos beneficiários e as pessoas tinham bastante receio, e eu compreendo, devido à burocracia. Fazer uma candidatura implicava muitas vezes recorrer a um consultor. Este Quadro 2014-2020 corrige vários problemas. Desde logo, cresceu substancialmente o valor para apoiar as empre-

sas; no anterior quadro tínhamos 45 milhões e agora são mais de 100 milhões; trata-se de um aumento fundamental. Vamos andar mais no terreno e a burocracia é muito menos

pesada. Para a submissão das candidaturas existe um portal único, o «Portugal 2020» e a documentação da administração pública é a própria administração pública que a tem que apresentar. Por outro

lado existe um prazo máximo para apreciação de candidaturas caso contrário o gestor do programa (neste caso eu) será penalizado.

JBG: O ministro Poiães Maduro foi muito claro nas críticas e na exigência em prazos para avaliação de candidaturas...

DS: Eu concordo com o ministro. Não há na função pública um entendimento de que as empresas funcionam muito com apoios da banca e os agentes públicos não entendem que o atraso de um único dia representa juros para o empresário. E não havendo esse entendimento não se percebe a necessidade de haver uma aprovação célere. Eu penso que é possível fazer uma boa análise das candidaturas, definindo com os órgãos intermédios e com o secretariado técnico quais são as regras e dar uma resposta. Antes havia muito a cultura do «Nim» e não se dava uma resposta definitiva e eu sou frontalmente contra isso. Para o empresário vale muito mais um não redondo, e ele parte para outra ou melhora a sua candidatura, do que ficar dois anos à espera que as coisas se resolvam. Felizmente, tem havido muitas alterações legislativas ao encontro da simplificação e à obrigação de prazos claros; o que é importantíssimo para a nossa economia. Quando aqui entrei a média de avaliação de candidaturas para as entidades públicas andava na ordem dos 19 dias, neste momento é de 9. Portanto é possível reduzir.

JBG: Todo esse esforço e a mudança preconizada não significa reforço de recursos humanos?

DS: Vamos aumentar o nosso secretariado técnico, por um lado devido ao Fundo Social Europeu (que antes não tínhamos e agora temos) e porque houve necessidade de criar um Observatório das Dinâmicas Regionais que é um órgão que fará monitorização constante do Programa Operacional. Trata-se de um órgão que vai depender directamente do Presidente da CCDR e do Gestor do Programa Operacional. No Algarve será constituído por cinco pessoas e vai fazer acompanhamento diário quer da aplicação de fundos quer do desenvolvimento do Ordenamento do Território concomitantemente com a aplicação e fundos e investimentos.

JBG: Durante a apresentação do Programa Operacional CRESC Algarve 2020 falou-nos da criação da época intermédia do turismo. Como é possível delimitar este período e contribuir para o seu desenvolvimento?

DS: No Algarve temos mais de 300 dias de sol por ano e, por isso, temos que passar a mensagem para o norte da Europa de que os turistas podem passar aqui os nossos denominados seis meses mais baixos da época turística [entre Outubro e Abril]. No entanto, esta estratégia tem de prever que os turistas não podem vir aqui nessa altura só para apanhar sol! Temos de potencializar os nossos recursos, nomeadamente, o patrimó-

nio histórico, cultural, e no plano ambiental permitir a sua visitação com regras e potencializar a criação de nichos ligados ao turismo da natureza, à observação de aves. Repare, a Fortaleza de Sagres teve em 2014 mais de 270 mil visitantes, e é dos monumentos mais visitados do país. Temos que criar roteiros para um turismo de experiências. A dieta mediterrânica é que liga isto tudo e as pessoas às vezes esquecem-se da sua verdadeira essência. Nos dias de hoje as pessoas não alimentam as relações de vizinhança, não passeiam nas baixas das cidades...

JBG: Não lhe parece que o comércio local também não estará preparado para esse novo dinamismo? Porque, por norma, o que assistimos é um desfasamento claro entre os horários de funcionamento das lojas nas baixas das cidades no Algarve e a disponibilidade dos algarvios na sua vida quotidiana...

DS: Essa é uma excelente questão que me faz remeter para um protocolo que assinámos há pouco tempo com associações empresariais e IAPMEI que tem que ver com a modernização e a adaptação do comércio local aos novos tempos. O «Comércio Investe» pretende investir na adaptação de horários, remodelação de lojas e produtos, animação das artérias, modernização dos estabelecimentos. Esta medida representa algum investimento por parte do comerciante porque parte não é a fundo perdido, mas se as candidaturas forem feitas em sede de associações comerciais e municípios muitas serão as empresas que poderão aceder. A ACRAL está a divulgar esta medida pela região.

JBG: Cerca de 300 empresas apoiadas no anterior quadro comunitário não é pouco para uma região como o Algarve?

DS: Tanto concordamos com isso que temos como meta para próximo quadro comunitário apoiar 2200 empresas, ou seja, quatro vezes mais. Tem de haver muita divulgação dos sistemas de incentivo. Nalguns casos tentar encontrar alguma diferenciação para aumentar competitividade das empresas.

JBG: A indexação anunciada dos financiamentos aos resultados atingidos pelos projectos aprovados no âmbito do CRESC 2020 não serão um desincentivo para as empresas?

DS: O desafio é primeiro divulgar, mostrar as potencialidades e depois apoiar as empresas que trazem maior riqueza e competitividade à economia regional, o que se avalia também pela sua componente social, ou seja, ao número de postos de trabalho criados.

JBG: Isso não levará a uma discriminação em relação às pequenas empresas?

DS: No Algarve mais de 95% são médias, pequenas e micro empresas. Queremos que nestes seis anos sejam criados mais de 90 mil postos de trabalho. É muito

ambicioso, mas temos de trabalhar para esse objetivo. Não chegaremos a esse número apenas com os incentivos, mas muito pela dinâmica que deve ser criada na economia regional, nomeadamente com diversificação empresarial e na diminuição da sazonalidade. Dou-lhe um exemplo: na aquacultura em «offshore» somos na costa continental a que tem mais condições para trabalhar o ano todo. As actividades marítimoturísticas devem ser potenciadas num mais largo período do ano e não apenas na época alta.

JBG: Elencou um conjunto de nichos de negócio que têm, de acordo com o diagnóstico já realizado, muitas condições para o sucesso. Mas para que os empresários tenham noção das potencialidades empresariais não será necessária para além de mais informação mais formação?

DS: Será. E neste quadro comunitário vai haver formação para os empresários, mas também para os quadros autárquicos e organismos desconcentrados do Governo. E vai desde o administrativo até à chefia. Há um caminho a fazer na liderança e chefia para ser muito bem absorvida pelos líderes, mas também entendida pelas outras pessoas. Sendo um Programa Operacional com verbas relativamente reduzidas as áreas de formação devem ser conduzidas às áreas de disposição inteligente. Eu costumo sublinhar que temos de fazer do velho novo. Recuperar o que tínhamos e que tinha sustentabilidade e voltar a torná-lo prática competitiva. Há 60 anos era no Algarve que exis-

tia o maior número de fábricas de conservas e hoje não temos praticamente nada; temos que voltar a apostar nessa área! No século XV

desenvolvimento do turismo.

JBG: O Baixo Guadiana é um território de baixa densidade. De que modo o CRESC Algarve poderá ajudar a alterar este panorama?

DS: Há séculos atrás uma das melhores estradas do Algarve era o rio Guadiana, essencialmente pela actividade mineira. O abandono da mina levou ao abandono do Guadiana e contínuo assoreamento. Iniciámos, como sabe, o processo de desassoreamento na Foz, mas vamos levar a cabo dragagens pontuais e balizamento do rio até ao Pomarão [obra prevista para iniciar em Março].

Alcoutim é um conceito repleto de potencialidades arqueológicas. O Baixo Guadiana tem das melhores praias, tanto no que diz respeito à extensão do areal, bem como à temperatura da água. É um território cada vez mais apetecível para o turismo, nomeadamente para o mercado espanhol. A criação da Eurocidade do Guadiana veio promover uma filosofia que quanto a mim é de futuro, e diz respeito à economia de escala e à partilha de equipamentos que para além de ajudar na gestão dos orçamentos municipais vem suprimir lacunas. Hoje em dia a distância não se mede pela quantidade de quilómetros, mas pela acessibilidade aos locais. A esse nível o Baixo Guadiana está a fazer o caminho correcto.

Depois, o Baixo Guadiana tem um enorme potencial que há que ser aproveitado. A nordeste temos o maior número de horas de sol, produtos gastronómicos únicos, potencialidades que já permitiram a instalação de empresas de inovação como é o caso da existente na zona indus-

trial de Alcoutim e que se dedica à produção de óleos essenciais a partir de plantas que só existem com determinada qualidade ali perto. Temos de apostar no rio Guadiana essencialmente como vertente turística. Acredito que a obra de desassoreamento irá contribuir para isso.

JBG: Existem verbas específicas para o Baixo Guadiana pelas suas características de baixa densidade e acentuado despovoamento?

DS: Há uma vantagem na avaliação para projectos implementados em zonas de baixa densidade e que se integrem na Disposição Inteligente, mas neste caso o Baixo Guadiana toca todas as áreas identificadas como potenciais para a economia do Algarve.

JBG: Vamos continuar com verbas indexadas à Cooperação Transfronteiriça?

DS: Este quadro comunitário com o Interreg V (antigo POCTEP) tem um pouco mais de verba, que vai apostar nas áreas que já mencionei, mas com a novidade de que a cooperação passa a apoiar também empresas, o que não acontecia antes. Já se percebeu nos países do sul que o emprego deve ser criado pelas empresas.

JBG: Até porque esta crise levou a que houvesse grandes reduções nas entidades públicas...

DS: Sem dúvida, há que olhar para o sector privado, as suas potencialidades, inovações. No Algarve já vamos vendo negócios que se viraram para os recursos endógenos; já vamos encontrando, por exemplo, lojas com produtos exclusivamente algarvios, o que antes não acontecia.

JBG: No território do Baixo Guadiana existem ainda populações com carências ao nível do abastecimento de água e saneamento básico. Estão previstas verbas no Fundo de Coesão para ultrapassar estas carências?

DS: Existe o POSEUR que tem verbas nacionais, mas onde o Algarve pode concorrer sem qualquer limite de candidatura.

JBG: O desemprego é o grande problema do Algarve. Qual a verba destinada para o efeito e que perspectivas tem estimadas neste campo?

DS: Temo acesso ao Fundo Social Europeu num total de 94 milhões de euros. Não é o que deveríamos ter, mas tal deve-se ao facto de sermos região de transição. A verba que nos foi destinada tem que ser bem aplicada de acordo com o diagnóstico feito da região.

JBG: Quais as expectativas para o Algarve em 2020?

DS: O que eu gostaria no fim deste Quadro Comunitário é que o Algarve fosse a região com a menor taxa de desemprego. Isto significaria que os objectivos a que nos propusemos tiveram sucesso.

“O CRESC [acrónimo de Região Competitiva, Resiliente, Empreendedora e Sustentável com base na valorização do Conhecimento] Algarve 2020 reflecte a contribuição de todos, e refiro-me a sindicatos, delegações de organismos desconcentrados do Estado, empresas, associações de desenvolvimento local e regional”.



“Não há na função pública um entendimento de que as empresas funcionam muito com apoios da Banca e os agentes públicos não entendem que o atraso de um único dia representa juros para o empresário. E não havendo esse entendimento não se percebe a necessidade de haver uma aprovação de candidaturas no menor prazo possível”

que surgirão melhores resultados para a economia ligada ao primeiro sector, mas que se reflectirá num

que surgirão melhores resultados para a economia ligada ao primeiro sector, mas que se reflectirá num

